



**INSPEÇÃO CORREICIONAL
VARA AGRÁRIA DE MARABÁ**

COMARCA	Marabá
UNIDADE INSPECIONADA	Vara Agrária
COMPETÊNCIA DA UNIDADE	Feitos cíveis envolvendo matéria agrária
DATA DE INSPEÇÃO/EDITAL	15.09.2023, Edital 009/2023-CGJ
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO NA UNIDADE	Alline Nazareth Raiol Sousa Pereira, Diretora de Secretaria, desde o dia 18/09/2006, Portaria nº 1228/2006-GP
RESPONSÁVEL PELO PREENCHIMENTO DO QUESTIONÁRIO DA CGJ	Ana Angélica Abdulmassih Olegário, Juíza Corregedora da CGJ e Paulo Sergio Oliveira, Analista Judiciário, Secretário da Inspeção

1. INFORMAÇÕES GERAIS DA UNIDADE (Dados Funcionais e Administrativos):

1.1. Juiz/Juíza de Direito/Período de titularidade ou exercício:

Amarildo José Mazutti, Juiz Titular desde 18.05.2015 até os dias atuais. Portaria nº 036/2015-SJ

1.2. Afastamentos do(a) magistrado (a) nos últimos 03 (três) meses:

- a. Férias: 03 a 23.07.2023 – 20(vinte) dias
- b. Folgas compensatórias: Não houve
- c. Licenças: Não houve

1.3. Se a Unidade compõe comarca com mais de uma Vara, qual foi o último período de plantão que houve atuação do(a) magistrado(a)?

De 14 a 17.08.2023 (Plantão Semanal)

1.4. Quantos expedientes encontram-se pendentes de resposta à Presidência, Corregedoria, Ouvidoria, Coordenadorias, Seção de Direito Penal e Turmas de Direito Penal?

Não há expedientes com pendências de resposta nesta Unidade.

Observação da Corregedoria: O Diretor de Secretaria da CGJ, servidor Samuel Guimarães Ferreira, expediu certidão nos seguintes termos: "**Informe**, que consultando o sistema PJECor desta Corregedoria, usando o parâmetro: "**Marabá – Vara Agrária - TJPa**" e "**Marabá - Juizado Especial Criminal do Meio Ambiente - TJPA**" não foi localizado nesta Corregedoria expedientes disciplinares tramitando; Informe por derradeiro, que nada em tramitação foi localizado contra o magistrado titular da Vara, Dr. Amarildo José



Mazutti (assumiu em 18/05/2015).”

1.5. Qual a data de realização da última reunião entre magistrado(a) e servidores(as) para confecção/atualização do plano de ação da Unidade?

Novembro/2022.

1.6. Qual o total do valor em subcontas de depósitos judiciais sem movimentação há mais de três anos? Caso haja saldo repassado para o Estado, qual procedimento adotado para retorno às subcontas da unidade judicial?

37 (conforme relatório extraído do SDJ, que segue em anexo), sendo o procedimento adotado para o retorno às subcontas da unidade judicial realizado no próprio Sistema SDJ – Sistema de Depósitos Judiciais, apertando o botão “Calcular Devolução”.

Observação da Corregedoria: Os valores arrecadados são tanto da Vara Agrária quanto do Juizado Especial do Meio Ambiente de Marabá. Os valores arrecadados pelo Juizado do Meio Ambiente de Marabá são destinados à Vara de Execução de Marabá, conforme Instrumento de Cooperação assinado em 17/10/2022, anexo ao presente relatório.

Cada processo tem uma subconta. E quando se faz a transferência, tem uma única conta para a transferência para a Vara de Execução Penal.

O Magistrado da Vara informou que em relação aos Juizados, há uma ordem de serviço para destinação do dinheiro para a Vara de Execução Penal, porém a Promotora informa que não tem publicação de edital na Vara de Execução Penal, credenciando as entidades. Já foi solicitado à Vara de Execução Penal.

1.7. Está sendo realizado procedimento para transferência dos valores paralisados há mais de três anos ao Fundo de Reparelhamento Judiciário (FRJ), em acordo à Lei Estadual 6750/2005?

Não, até a presente data, porém esta serventia está tomando as providências a fim de sanar tal situação.

Observação da Corregedoria: Verificar o relatório do SDJ já que foram apresentados 2 relatórios, o primeiro sem valores. O segundo relatório consta 7 milhões.

2. CORPO FUNCIONAL DA UNIDADE:

2.1. Quadro de pessoal:

2.1.1 Secretaria

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos (as)	03
Exclusivamente comissionados(as)	00
Cedidos(as)/Requisitados(as)	00
Estagiários/as	00
Terceirizados/as	00



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

2.1.2. Gabinete:

Vínculo do(a) servidor(a)	Quantitativo
Efetivos(as)	01
Exclusivamente comissionados(as)	01
Cedidos(as)/Requisitados(as)	00
Estagiários(as)	00
Terceirizados(as)	00



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
TLP 1 - Tabela de Lotação de Pessoal das Unidades Judiciárias de Primeiro Grau e Segundo Grau
2º Semestre - 2022

Orgão	Tipo	Unidade	UF	Município (BGE)	LP - Lotação Partidária	EFETIVOS LP_Efet	INGRESSARAA LP_I	SERVIDORES SEM VÍNCULO APENAS COM CARGO EM COMISSÃO LP_SV	QUANTIDADE DE SERVIDORES EM JANEIRO DE 2022										TOTAL DE EFETIVOS EM FUNÇÃO DE CONFIANÇA		TOTAL DE EFETIVOS EM FUNÇÃO DE CONFIANÇA
									EFETIVOS COM CARGO EM COMISSÃO - CC										FG1	FG2	
									CS1	CS2	CS3	CS4	CS5	CS6	CS7	CS8					
Instituto	Vara	VARA AGRÁRIA DE MARABÁ	PA	1594208	7	4	0	1	0	0	1	1	0	0	0	0	2	0	0		



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

MARABÁ VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

IPS - Índice de Produtividade do Servidor: 4 Servidores em Secretaria, 1 Servidores em Gabinete, 0 Servidores Afastados

Índice de Produtividade do Servidor: 12

Processos Baixados: 58

Servidor(es): 5

Lista de servidor(es) lotados na Unidade

MATRÍCULA	NOME	CARGO	VÍNCULO	TIPO CNJ
57800	ALLINE NAZARETH RAIOL SOUSA PEREIRA	Analista Judiciário	Efetivo	TPEfet
98469	ANA ELISA BRAGA MENDONÇA	Auxiliar Judiciário	Efetivo	TPEfet
116335	JOAO PAULO PORTUGAL DE FARIA	Analista Judiciário - Área Judiciária	Efetivo	TPEfet
176362	LEONARDO FERREIRA SANTANA	Auxiliar Judiciário	Efetivo	TPEfet
194786	MANDEL ITALO BORGES MORAES DA SILVA		Exclusivamente Comissionado	TPSV

2.2. Há servidores(as) que executam suas atividades em regime de teletrabalho? (Portaria n. 2897/2019, de 17/06/2019). Em caso positivo, de que forma é feito o controle de produtividade? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

Sim, existem 02 (dois) servidores em teletrabalho: João Paulo Portugal de Faria e Ana Elisa Braga Mendonça. O controle é feito pela conferência dos dados dos relatórios mensais, que seguem anexos.

Observação da Corregedoria: o servidor João Paulo Portugal de Faria é lotado na Secretaria, mas desempenha suas funções no gabinete.

Recomendação da Corregedoria: Recomenda ao magistrado que expeça ofício à Secretaria de Gestão de Pessoas – SGP informando onde efetivamente o servidor está exercendo suas funções para ajuste no sistema Menthorh.

2.3. Como é feito controle de produtividade dos(as) servidores(as) em regime de trabalho presencial? (anexar planilha dos últimos 03 meses)

De forma mensal, com a análise dos dados do IEJUD.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

NOME DO SERVIDOR	DENOME	MOVIMENTOS KG	TAREFAS KG	PROCESSOS KG
<input type="checkbox"/> ANA ELISA BRAGA MENDONÇA	ANA ELISA BRAGA MENDONÇA	995	2.574	206
<input type="checkbox"/> LEONARDO FERRERA SANTANA	LEONARDO FERRERA SANTANA	774	1.419	248
<input type="checkbox"/> ALLINE NAZARETH RAIOL SOUSA FERREIRA	ALLINE NAZARETH RAIOL SOUSA FERREIRA	373	955	116
<input type="checkbox"/> ISRAO PAULO PORTUGAL DE FARIA	ISRAO PAULO PORTUGAL DE FARIA	149	337	150
<input type="checkbox"/> LEONARDO FERRERA SANTANA	LEONARDO FERRERA SANTANA			
Total		2.241	5.328	430

2.4. Como é feito o acompanhamento dos resultados a partir das metas fixadas no plano de ação para 2023?

Mensalmente.

2.5. Quais cursos ofertados Escola Judicial já foram realizados pelos servidores da unidade judicial? Informar nome do servidor, curso e data de realização. Esse item está sendo observado pelos gestores no momento da avaliação do servidor?

Servidores que realizaram cursos:

- Alline Nazareth Raiol Sousa Pereira (conforme certificados em anexo)
- Manoel Ítalo Borges Moraes da Silva (conforme certificados em anexo)
- Ana Elisa Braga Mendonça – Curso de Teletrabalho (certificado em anexo)

Os demais servidores desta Unidade não realizaram cursos ofertados pela Escola Judicial.

3. INSTALAÇÕES DA UNIDADE:

3.1. Houve pleito administrativo para resolução de problemas estruturais identificados na última correição tanto do gabinete como da Secretaria? Qual última movimentação do expediente?

Não.

4. DADOS ESTATÍSTICOS:

4.1. PROCESSOS JUDICIAIS:

*Data de coleta de dados pela Unidade: 04/09/2023.

Dados processuais	Total no período da extração dos dados	Total na data Inspeção (12/09/2023)
Total de processos em tramitação na Vara, incluindo suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente (acervo total)	182	187
Total de processos suspensos, sobrestados ou arquivados provisoriamente	05	05
Total do acervo com prioridade	34	35
Total de processos sem movimentação há mais de 100 dias em Secretaria (excluídos suspensos, sobrestados e arquivados provisoriamente)	03	03



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a)	50	40
Total de processos conclusos para o(a) magistrado(a) há mais de 100 dias	02	02
Total de processo envolvendo prioridade legal conclusos há mais de 100 dias	00	00

Observação da Corregedoria: Pelo painel de gestão a Unidade tem 187 processos ativos. Entretanto, verificou-se na contagem manual no PJE que a Unidade tem 216 processos. Alguns processos migraram para o PJE arquivado, devendo a Unidade fazer a contagem desses processos para passarem a fazer parte do acervo ativo da Unidade.

Há na Vara 28 mandados de reintegração para cumprimento, aguardando o agendamento da equipe especializada da Polícia Militar para cumprimento.

PJe Secretaria

PJe Assessoria

4.2. FLUXO PROCESSUAL NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

**Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária (entrada de feitos/ distribuição/ redistribuição)*

PROCESSOS JUDICIAIS	QUANTIDADE
Total de processos distribuídos e redistribuídos	39
Total de processos julgados	15
Total de processos baixados definitivamente do acervo	11 (Arquivados Definitivamente) 12 (Remetidos ao 2º Grau)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

MARABÁ VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

ENTRADA DE FEITOS
39

Resumo de entrada de feitos judiciais na unidade

CATEGORIA/FASE/AREA	DISTRIBUIÇÃO	Redistribuição	REDISTRIBUIÇÃO NORMAL DE PROCESSO	Total
CONHECIMENTO CIVEL	35	3	1	39
Total	35	3	1	39

Lista de processos que entraram por distribuição e redistribuição

Nº DO PROCESSO	COD. CLASSE	CLASSE	ASSUNTO	SITUAÇÃO
08089285020238140028	7	Procedimento Comum	9196 - Liminar 10128 - Serviço Administrativo 10483 - Serviço	
08096638320238140028	7	Procedimento Comum	9196 - Liminar 10128 - Serviço Administrativo 10483 - Serviço	
08096699020238140028	7	Procedimento Comum	9196 - Liminar 10128 - Serviço Administrativo 10483 - Serviço	
08097033520238140028	7	Procedimento Comum	9196 - Liminar 10128 - Serviço Administrativo 10483 - Serviço	
08097391020238140028	7	Procedimento Comum	9196 - Liminar 10128 - Serviço Administrativo 10483 - Serviço	
08097443720238140028	7	Procedimento Comum	9196 - Liminar 10128 - Serviço Administrativo 10483 - Serviço	

Selecione um período:
08/06/2023 08/09/2023

ENTRADA DE FEITOS

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU
AMBIENTE DE RELATÓRIOS

MARABÁ VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

Resumo de produção do gabinete

NOME	DESPACHOS	DECISÕES INTERLOCUTORIAS	TOTAL DE SENTENÇAS	SENTENÇAS HOMOLOGATORIAS	RECURSOS INTERMEDIÁRIOS
AIDISON CAMPOS SOUSA	11	42	1		
AMARILDO JOSE MAZUTTI	106	27	16		2
Total	117	69	17		2

Selecione um período:
08/06/2023 08/09/2023

MOVIMENTAÇÕES DO GABINETE

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
DEPGE/COCIM
PROGRAMA DE INCREMENTO DE BAIXAS - PIB 2023
Atualizado até: 21/08/2023 20:47:51

Selecione a Unidade Judiciária:
VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

Metas atualizadas para o bimestre julho-agosto conforme Portaria nº 2959/2023-GP (05/07/2023). Ver mais em Portal do PIB.

CUMPRIMENTO ANUAL MÊS
@BAIXADOS_PIB MET_PIB_R

SITUAÇÃO MENSAL

5 META MENSAL	7 BAIXADOS MENSAL	148,64% CUMPRIMENTO MENSAL (%)
------------------	----------------------	-----------------------------------

SITUAÇÃO ACUMULADA (4 meses)

27 META ACUMULADA	33 BAIXADOS	123,59% CUMPRIM. ACUM. (%)
----------------------	----------------	-------------------------------

Por Mês: 2023 Ago

EVOLUÇÃO DOS PROCESSOS BAIXADOS (MENSAL/DIÁRIA)

Processos

ANO	DIVISÃO	CLASSE	IDCNI	CTG	DEUNIDADE
2023	01/06/2023	7-Processamento Comum	08097391020238140028	1	VARA AGRÁRIA DE MARABÁ
2023	07/06/2023	100-Divida	08096699020238140028	1	VARA AGRÁRIA DE MARABÁ
2023	11/06/2023	1707-Resolução / -	08123779320238140028	1	VARA AGRÁRIA DE MARABÁ
2023	13/06/2023	100-Divida	08096699020238140028	1	VARA AGRÁRIA DE MARABÁ
2023	17/06/2023	1707-Resolução / -	08123779320238140028	1	VARA AGRÁRIA DE MARABÁ
2023	17/06/2023	113-Instauração de Processo	08097391020238140028	1	VARA AGRÁRIA DE MARABÁ
2023	21/06/2023	7-Processamento Comum	08097443720238140028	1	VARA AGRÁRIA DE MARABÁ
Total				7	



PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
 CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

4.3. PRODUTIVIDADE DO(S) MAGISTRADO(S) NOS ÚLTIMOS 03 (TRÊS) MESES:

**Unidade: vide Painel de Gestão Judiciária*

ATOS PROCESSUAIS DOS(AS) JUIZ(AS):	QUANTIDADE
Decisões	166
Despachos	99
Sentenças com resolução de mérito	19
Sentenças sem resolução de mérito	00
Audiências realizadas	07

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
 PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

MARABÁ VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

IPM - Índice de Produtividade do Magistrado

58
Índice de Produtividade do Magistrado

58
Processos Baixados

1
Magistrado(s)

Lista de magistrado(s) lotados na Unidade

MATRÍCULA	NOME	CARGO	VÍNCULO	TIPO CNJ	AFASTAMENTO
60135	AMARILDO JOSE MAZUTTI	Juiz(a) de 2ª Entrância	Magistrados	TPMag	

NOME	DESPACHOS	DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS	TOTAL DE SENTENÇAS	SENTENÇAS HOMOLOGATÓRIAS	RECURSOS INTERNOS JULGADOS
AIDISON CAMPOS SOUSA	11	42	1		
AMARILDO JOSE MAZUTTI	256	149	47	11	5
JESSINEI GONCALVES DE SOUZA	15	17			
Total	282	208	48	11	5

4.4. O Quadro de produtividade é publicado no quadro de avisos do Fórum?

Não.

4.5. É realizado acompanhamento de processos paralisados no PGJ para evitar que entrem nos 100(cem) dias sem movimentação?

Sim, semanalmente.

5. METAS NACIONAIS E DIRETRIZES DO CNJ/2023:

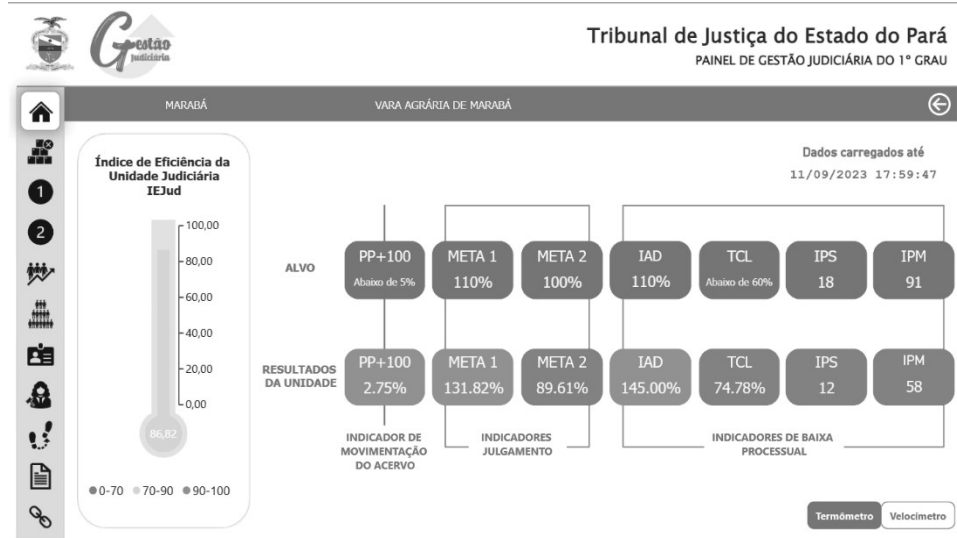
5.1. Quem realiza o controle/acompanhamento dos índices de cumprimento das Metas Nacionais? Existe plano de ação adotado na unidade? Anexar.

O acompanhamento do cumprimento das metas nacionais é feito pela Diretora de Secretaria e pelo Assessor do Magistrado, porém não existe um plano de ação específico para o cumprimento de tais metas.

Observação da Corregedoria: A Unidade atingiu 89,61% do grau de cumprimento da Meta2



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

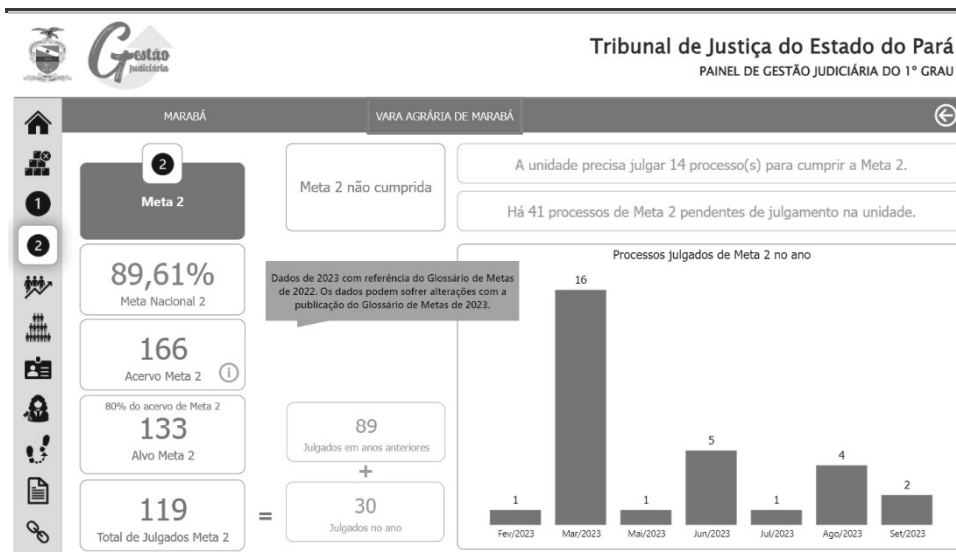


5.2. Quantos processos precisam ser julgados para cumprimento da Meta 2 Nacional 2023? (gestão judiciária)?

16 (dezesseis)



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA



5.3. Qual o quantitativo de processos que se encontram suspensos, aguardando julgamento pelas Cortes Superiores e pelo Tribunal como precedentes obrigatórios? Quais temas? (Diretriz 6 Corregedoria Nacional 2023)

Observação da Corregedoria: Não há processos nessa situação.

5.4. Após o julgamento de precedentes obrigatórios firmados pelas Cortes superiores e pelo Tribunal, qual o prazo para retomada do julgamento dos processos individuais então suspensos? (Diretriz estratégica 6 da Corregedoria Nacional 2023)

Observação da Corregedoria: Não há processos nessa situação.

5.5. Por quais ferramentas de consulta são acompanhados os julgamentos dos temas que buscam fixação de precedente obrigatório? Com que regularidade/periodicidade são feitas as consultas?

Observação da Corregedoria: A Vara não utiliza nenhuma ferramenta porque não há processos nessa situação.

5.6. Quantas audiências concentradas foram realizadas para reavaliar as medidas socioeducativas de internação e semiliberdade (infância e juventude), bem como audiências concentradas pelo acolhimento de crianças e adolescentes, nos últimos 6 meses (infância e juventude)? (Diretriz estratégica 9 da Corregedoria Nacional 2023)

5.7. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, qual a periodicidade de fiscalização do funcionamento dos cartórios de registro de pessoas naturais em regime de plantão, nos finais de semana e feriados? (Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)



5.8. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, informe se o cartório de registro de pessoas naturais possui posto avançado em maternidade e casa de saúde, assim como promove o cadastramento de parteiras nas localidades distantes? *(Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)*

Prejudicado

5.9. Se a unidade possui competência sobre registros públicos, o assunto “Registro tardio” (TPU 7732) encontra-se devidamente identificado? Quantos processos com esse assunto encontram-se paralisados há mais de 100 (cem) dias? *(Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)*

Prejudicado

5.10. Há na unidade localidade com concentração potencial de sub registro civil? Existe programação na unidade para a realização de ações que visem erradicar o sub registro civil? *(Diretriz estratégica 5 da Corregedoria Nacional 2023)*

Prejudicado

6. ROTINA DE TRABALHO DA SECRETARIA:

6.1. Sobre o Fluxo processual assinale as etapas que são operacionalizadas:

- a. Fluxo processual: triagem, conferência e correção do cadastro de classes e assuntos processuais;
- b. Análise, controle e tempo médio para análise dos processos vindos do gabinete;
- c. Movimentação processual;
- d. Elaboração de minutas e revisão dos atos de secretaria;
- e. Gestão de rotinas e da equipe, controle estatístico e produtividade da equipe;
- f. controle dos prazos e imediata certificação.

6.2. Por amostragem, verifique em 03 (três) processos que se encontravam suspensos se a unidade observou o procedimento recomendado na Nota Técnica elaborada pelo Departamento de Planejamento, Gestão e Estatística-DPGE/TJPA, encaminhada através do ofício circular n. 048/2022-CGJ, quanto à premente necessidade de retirada da condição de suspensão/sobrestamento de autos antes do movimento de julgamento/baixa de processos no sistema PJE? *(Ofício circular n. 048/2022-CGJ, expedido nos autos PJEOR n. 0002009-73.2.00.0814)*

Observação da Corregedoria: A Diretora de Secretaria não soube informar se quem faz a retirada da condição de suspensão é o Gabinete. Informa que nunca fez, apenas certifica nos autos o término do prazo da suspensão.



6.3. Por amostragem, verifique se os bens apreendidos vinculados aos feitos em tramitação na Unidade foram devidamente cadastrados e destinados no SNBA (Sistema Nacional de Bens Apreendidos). Caso na data da Inspeção já se encontre disponibilizado pelo Conselho Nacional de Justiça a possibilidade de realização do cadastramento de bens através do novo Sistema Nacional de Gestão de Bens-SNGB, verifique, por amostragem, os cadastros realizados neste sistema, nos termos da Resolução n. 483/CNJ-2022. (Resolução n. 483-CNJ, de 19/12/2022 - Institui o Sistema Nacional de Gestão de Bens e dá outras providências)

Prejudicado

Observação da Corregedoria: Nas varas agrárias não tem apreensão de bens. Nos juizados, as madeiras são apreendidas e destinadas pelos órgãos que apreendem. Foi apresentado o ofício circular 16/2023 - CGJ para cadastrar os bens apreendidos.

6.4. Qual a regularidade de atualização no processo eletrônico (PJE) de dados como endereço, telefone, e-mail, de partes, advogado, Ministério Público e outros, após o recebimento do peticionamento para permitir a automação na confecção de mandados e quaisquer naturezas de comunicação?

Quando a parte informa eventuais mudanças, realizamos as atualizações.

6.5. Quantas notificações aguardam verificação pasta agrupadores? Qual a data da notificação mais antiga?

09 (nove). Data da notificação mais antiga: 28.08.2023

6.6. O mandado de prisão civil é cadastrado no BNMP?

Prejudicado.

6.7. A remessa de processo no PJE está sendo motivada? Apontar 1 amostragem.

Não.

6.8. Quantos processos migrados encontram-se pendentes de regularidade e não foram movimentados no PJE?

00

6.9. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

15 (quinze)

6.10. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Secretaria?

Não

6.11. Como é organizado o atendimento ao público? Quais são os meios utilizados? A Unidade realiza atendimentos através da ferramenta “Balcão Virtual”? (Resolução n. 372/2021-CNJ, de 12/02/2021 e Portaria n. 1724/2021-GP, de 18/05/2021)

O atendimento ao público é feito de forma presencial na Serventia Judicial, por telefone (chamadas e whatsapp), por servidores e estagiários, bem como pelo Balcão Virtual, que é



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

realizado pela Diretora de Secretaria.

Observação da Corregedoria: Em contato realizado pela Corregedoria nos dias que antecederam a inspeção, a Unidade prestou atendimento satisfatório pelo Balcão Virtual.

7. MANDADOS/ CENTRAL DE MANDADOS/ CARTAS PRECATÓRIAS:

7.1. A Unidade adota modelo de mandado no PJE? (anexar o modelo)

Não.

7.2. Há mandados pendentes de cumprimento/devolução por oficial de justiça, com prazo extrapolado? Quantos? Identifique-os.

Não.

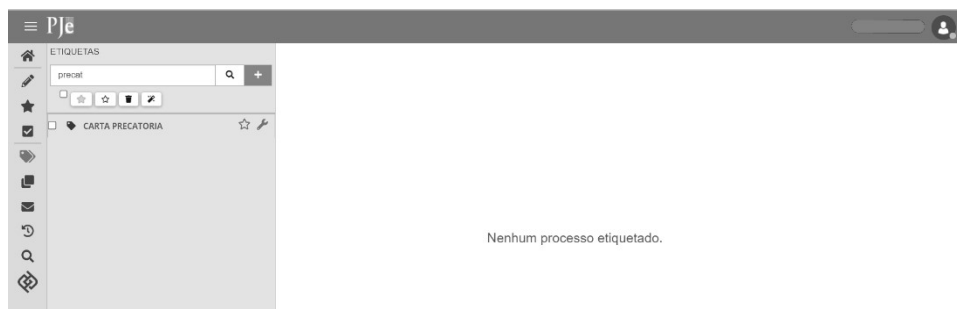
Observação da Corregedoria: na data da inspeção havia **01** mandado pendente de devolução.

7.3. Qual a antecedência que a Secretaria envia o mandado “não urgente” para cumprimento?

Em média, 40 (quarenta) dias, ou conforme a parte realize o pagamento antecipado das custas devidas.

7.4. Considerando a Vara como juízo deprecante, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Foi realizada comunicação à Corregedoria? (identifique os processos)

Não há processos nessa situação nesta Unidade.



7.5. Considerando a Vara como juízo deprecado, há processos aguardando cumprimento de carta precatória há mais de 03 (três) meses? Caso positivo, justifique os motivos para a morosidade (identifique os processos).

Não há processos nessa situação nesta Unidade.

Observação da Corregedoria: Não foi localizada nenhuma carta precatória em tramitação na Unidade, nem carta expedida aguardando devolução.

8. ROTINA DE TRABALHO NO GABINETE:

8.1. Está sendo observada a Resolução nº 21/2022-TJPA, que regula a realização de audiência judicial por videoconferência ou telepresencial. Com base na pauta de audiência do mês anterior, identifique o número de audiências realizadas na



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

modalidade presencial, virtual ou híbrida, e se, no processo em que houve audiência não presencial, constava pleito das partes ou do Ministério Público.

Híbrida ou virtual: 00
Presenciais: 03

8.2. Quantas audiências de instrução e julgamento estão pautadas para o presente mês?

02

8.3. As audiências estão sendo cadastradas no PJE pelo gabinete no momento da designação? Quais os tipos de audiências realizados pela unidade, conforme nomenclatura do PJE?

Sim. Justificação/Conciliação/Organização e Saneamento/Instrução.

8.4. Para qual data está pautada a audiência mais distante?

14 de dezembro de 2023.

8.5. Consultando o painel de gestão judiciária foi verificado processo com prioridade paralisado há mais de 100 (cem) dias em Gabinete?

Sim.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

MARABÁ VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

ACERVO	ACERVO ATIVO	PARALISADOS+100	CONCLUSOS	CONCLUSOS+100
	11	0	9	0

ACERVO COM PRIORIDADE

PROCESSOS SUSPENSOS

CASOS NOVOS

PROCESSOS BAIXADOS

PROCESSOS META 1

PROCESSOS META 2

Paralisado entre (dias): 1 13789

Último movimento: Todos

Sistema: Todos

CLASSE	EM ANDAMENTO	JULGADO	Total
Reintegração / Manutenção de Posse	5	2	7
Ação Civil Pública	1		1
IMISSÃO NA POSSE	1		1
INTERDITO PROIBITÓRIO	1		1
Procedimento Comum	1		1
Total	9	2	11

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE	CLASSE
08004585420208140054	2020	EM ANDAMENTO	PJE1G	1707	Reintegração / Manutenção de Posse
00109728520168140046	2016	JULGADO	PJE1G	1707	Reintegração / Manutenção de Posse
08007727820208140028	2020	EM ANDAMENTO	PJE1G	65	Ação Civil Pública
00034672520168140110	2016	JULGADO	PJE1G	1707	Reintegração / Manutenção de Posse
00198682020178140028	2017	EM ANDAMENTO	PJE1G	1707	Reintegração / Manutenção de Posse
08036512920188140028	2018	EM ANDAMENTO	PJE1G	1707	Reintegração / Manutenção de Posse

Área: Todos

Em Gabinete (S: sim; N: não): S

Gratuidade (S: sim; N: não): Todos

Stigilo (S: sim; N: não): Todos

Juiz 100% Digital (S: sim; N: não): Todos

Prioridade (S: sim; N: não): S

Liminar/Tutela (S: sim; N: não): Todos

Número do processo: Todos

Observação da Corregedoria: No dia da inspeção, não havia nenhum processo com prioridade paralisado há mais de cem dias em gabinete

8.6. Qual o quantitativo de despachos, decisões e sentenças que foram estabelecidas para os 3 meses seguintes a inspeção pela Corregedoria?

16 sentenças
40 decisões
70 despachos



8.7. Quando identificada possibilidade de conciliação entra as partes é designada audiência de conciliação?

Sim.

8.8. É solicitada designação de conciliador ou indicado CEJUSC para atuar junto à unidade em busca de conciliação?

Não.

Observação da Corregedoria: A Diretora de Secretaria informou que atualmente o magistrado está determinando o encaminhamento de cópia dos autos à Comissão de Conflitos Fundiários do Poder Judiciário, para adoção das providências cabíveis nos termos da Portaria nº 3525/2023 - GP, e o apoio do NUPEMEC e CEJUSC para tentativa de mediação conciliação.

8.9. Quantos processos foram baixados no mês anterior?

15 (quinze).

Observação da Corregedoria: no Painel do PIB aparecem 7 processos baixados no mês de agosto/2023.

8.10. Quantas crianças e adolescentes encontram-se em acolhimento? Há crianças acolhidas há mais de 18 meses?

Prejudicado.

8.11. Constam crianças/adolescentes com pendências para solução imediata no SNA (Sistema Nacional de Adoção e Acolhimento)? Identifique os processos.

Prejudicado.

8.12. Quantos processos de destituição do poder familiar tramitam na unidade há mais de 120 dias? Identifique os processos.

Prejudicado.

8.13. Quantos processos de adoção tramitam na unidade há mais de 240 dias. Identifique os processos.

Prejudicado.

8.14. Qual a data da última comunicação expedida à CEJAI para colocar a criança à disposição de adoção internacional? Após o retorno da CEJAI com que frequência é realizada a Busca Ativa no SNA?

Prejudicado.

8.15. Quantos adolescentes estão internados provisoriamente? Há algum com prazo superior a 45 dias? Como é feito o controle dos adolescentes que estão em cumprimento de internação provisória? Anexar listagem/planilha.

Prejudicado.



8.16. Como é feito o acompanhamento de processos paralisados para evitar que entrem nos 100 (cem) dias sem movimentação? É utilizada a listagem do PGJ (Painel de Gestão Judiciária)?

Verificamos de três em três dias, e acompanhamos, também, pelo Painel de Gestão Judiciária, os processos com 90 (noventa) dias sem tramitação, a fim de promover o andamento processual.

9. CORREIÇÃO ANUAL:

9.1. Data da última correição anual realizada na Unidade Judicial:

08 a 15.02.2023

Observação da Corregedoria: Corregedoria: 09.07.2021, PJeCor n.º 0003569-84.2021.2.00.0814.

Magistrado: 0000621-04.2023.2.00.0814 (Vara Agrária), 0000617-642023.2.00.0814 (Juizado Adjunto).

PJeCor n.º 0000621-04.2023.2.00.0814, arquivado, em razão dos aspectos funcionais e da prestação jurisdicionais mais recentes estarem sendo analisados nesta inspeção.

9.2. Existem registros de recomendações na correição ordinária anterior realizada pela Corregedoria Geral? Quais?

- Necessidade de que todos os servidores acessem o Painel de Gestão Judiciária para contínuo conhecimento dos índices de gestão da Unidade. PRAZO: imediato
- Fazer a verificação diária da pasta "Agrupadores" — PRAZO: imediato.
- Juntada de todas as petições pendentes em Secretaria. PRAZO: 60 (sessenta) dias.
- Finalizar a limpeza dos processos, revisão e encaminhamento ao arquivo — PRAZO: 60 (sessenta) dias.
- Cumprimento de todas as orientações e recomendações apontadas no Relatório de Fiscalização oriundo da SEPLAN, documento em anexo;
- Deve ser observado o disposto nos arts. 12 e 1.048 do CPC quanto a atendimento das prioridades. PRAZO: imediato
- Digitalização e migração de todo o acervo do Juizado Especial do Meio Ambiente e de todos os processos da Meta 02 da Vara Agrária até 10 de dezembro de 2021. PRAZO: até o dia 10 de dezembro de 2021.
- Realizar efetivo controle dos feitos paralisados que estejam aguardando laudo pericial, evitando a paralização dos autos a mais de 100 dias, adotando providências diante de atraso injustificável. PRAZO: 15 DIAS.
- Providências para a cobrança do processo com carga externa ao Ministério Público. Processo n.º 0145454-05.2015.8.14.0136. PRAZO: 15 DIAS.
- Diligências para cobrança e baixa de mandados pendentes. PRAZO: 15 DIAS.
- Incremento da pauta de audiência para atingir o cumprimento das Metas do CNJ. PRAZO: 15 DIAS.
- Cumprimento do §2º da Lei Estadual 6.750/2005 nos processos com depósitos judiciais paralisados há mais de 3 anos. PRAZO: 60 (sessenta) dias.
- Observância e cumprimento das recomendações dos processos verificados por amostragem em Correição, salientando:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Identificação, verificação e controle de todas as cartas precatórias pendentes de cumprimento na unidade para o devido impulso.
Identificação e verificação de todos os processos com carta precatória expedida, realizando controle efetivo e eficiente dos prazos de cumprimento.
- Cumprir as recomendações identificadas na correição anterior realizada pela Corregedoria. PRAZO: 60 (sessenta) dias.

Observação da Corregedoria: As recomendações estavam sendo cumpridas, razão pela qual o PJeCor foi arquivado.

Achados em processos inspecionados:

Para exame formal, a equipe selecionou 5 processos com datas de distribuição mais antigas e assuntos diferentes, quais sejam:

0000098-60.2012.814.0046 - Ação de Cancelamento de Matrícula e Registro Imobiliário. Frustrada tentativa de conciliação. Petição informando endereço de testemunha em 02.08.2023

0000721-61.2010.814.0025 - Ação de Reintegração/Manutenção de Posse. Audiência de Instrução e Julgamento redesignada para 23/11/2023. Expedido ofício à Secretaria de Patrimônio da União para cumprir diligências em 11.09.2023.

0002343-45.2005.814.0028 - Cumprimento de sentença. Decisão em 10.07.2023.

0010370-97.2013.814.0040 - Interdito Proibitório. Certidão da Unaj informando o deferimento da gratuidade processual para a parte Autora, razão pela qual não foi emitido boleto de custas finais em 31.08.2023.

0007238-78.2007.814.0028 - Ação de Reintegração de Posse c/c Pedido de Liminar. Despacho solicitando auxílio do NUPEMEC e CEJUSC nos trabalhos de mediação e conciliação em 06.09.2023.

Em relação aos processos acima referenciados não há qualquer irregularidade detectada.

Boa prática: O Magistrado não tem dificuldades acerca dos atos normativos do Tribunal de Justiça do Estado do Pará sobre regularização fundiária. Inclusive, há aproximadamente cem matrículas desbloqueadas. Fizeram reuniões com o INCRA pois os regramentos deles se chocavam com os regramentos do TJ. E para fazerem os desbloqueios, a Unidade desbloqueia com a documentação apresentada e concede o prazo de 90 dias para que o INCRA faça a certificação do georeferenciamento.



10. OBSERVAÇÕES DA CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA:

A comarca de Marabá é classificada como comarca de 2ª entrância, compondo o 9º Pólo e a 11ª Região Judiciária.

A Vara Agrária foi incluída no calendário de inspeções da Corregedoria Geral de Justiça para o biênio 2023/2025 por meio do Edital nº 009/2023-CGJ, de 02/08/2023.

O Juiz Titular é o Exmo. Sr. Amarildo José Mazutti desde 18/05/2015 e a Diretora de Secretaria é a servidora Alline Nazareth Raiol Sousa Pereira desde o dia 18/09/2006.

A última correição realizada pela Corregedoria Geral de Justiça na Unidade ocorreu no dia 09.07.2021 pela então Corregedora Geral de Justiça, Desembargadora Rosileide Maria da Costa Cunha e o relatório final foi registrado nos autos do processo PJEOR nº 0003569-84.2021.2.00.0814.

O magistrado há pouco mais de um ano trocou o assessor da Unidade, e recebeu um analista para o gabinete, que tem experiência de Direção de secretaria, por ter sido Diretor de Secretaria em Itupiranga. E, o Magistrado informou que essa experiência dos servidores ajudou no trabalho do gabinete.

Durante a inspeção, foi realizado um workshop com a servidora da Corregedoria Noemy Carvalho, em que foram tiradas dúvidas sobre o PJE da Unidade, tanto na Vara Agrária, quanto no Juizado Adjunto.

Foi esclarecido durante o Workshop que é necessário a retirada da suspensão e sobrestamento dos processos, para que seja incluída a sentença, e outros movimentos de gabinete para fins de produtividade do Magistrado. Assim como, os processos que constam como arquivados

A composição da Vara Agrária, que abrange 23 municípios, são 2 oficiais de justiça, conforme lei complementar n. 14 de 17 de novembro de 1992. Na semana que o Magistrado Caio Berardo assumiu a Direção editou uma portaria com a colocação dos dois oficiais de justiça da Vara como substitutos automáticos dos oficiais de justiça para a zona rural III de Marabá, Bom Jesus do Tocantins e Nova Ipixuna. Antes da edição da portaria, os 2 oficiais de justiça da Vara ficavam à disposição da Vara Agrária, e ajudavam na escala de plantão, sessão de júri, e nas prisões civis.

Há na Vara 28 mandados de reintegração de posse para cumprimento.

O magistrado fez uma consulta à CGJ, PJEOR n.º 0003493-89.2023.2.00.0814 referente a

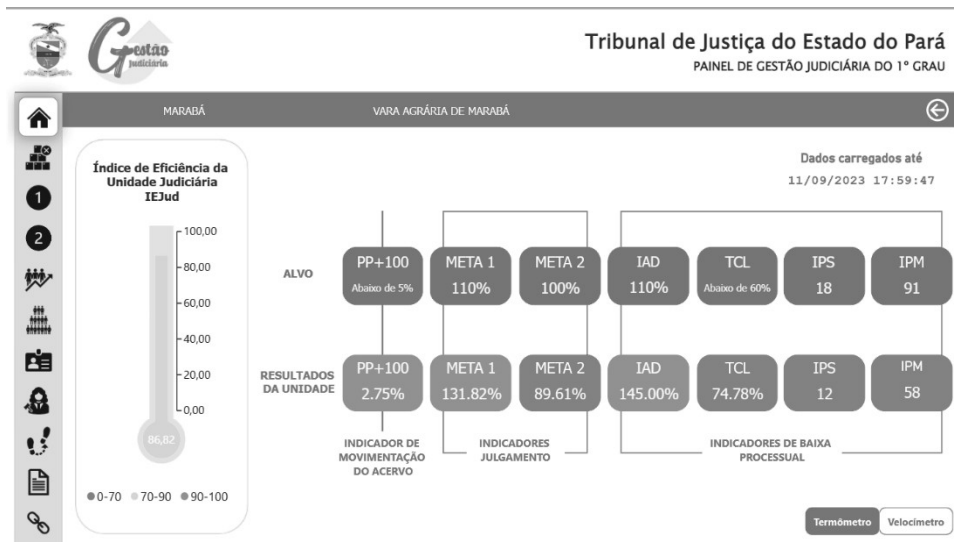
consulta sobre adoção de procedimentos no desbloqueio de matrículas em casos de pendência de Georreferenciamento certificado pelo SIGEF/INCRA.

A Diretora de Secretaria apresentou dois relatórios do SDJ, o primeiro não consta valor algum. No segundo relatório há 7 milhões.

Pelo painel de gestão a Unidade tem 187 processos ativos. Entretanto, verificou-se na contagem manual no PJE que a Unidade tem 216 processos. Alguns processos migraram para o PJE arquivado, devendo a Unidade fazer a contagem desses processos para passarem a fazer parte do acervo ativo da Unidade.

A Diretora de Secretaria não soube informar se quem faz a retirada da condição de suspensão é o Gabinete. Informa que nunca fez, apenas certifica nos autos o término do prazo da suspensão.

Por ocasião da realização da inspeção, a Unidade possuía **187** processos compondo o acervo da Unidade, dos quais **182** se encontravam ativos e **05** suspensos. Os processos paralisados há mais de 100 dias totalizavam **2,75%** do acervo. No Painel de Gestão Judiciária a Unidade se encontrava com Índice de Eficiência da Unidade Judiciária – IEJud em 86,82, sinalizando a necessidade de incremento da Meta 1 e da baixa processual.



No dia 19/09/2023 houve continuação do workshop, via teams, onde foi explicado também sobre o movimento de baixa processual no PJe, conforme quadro abaixo.

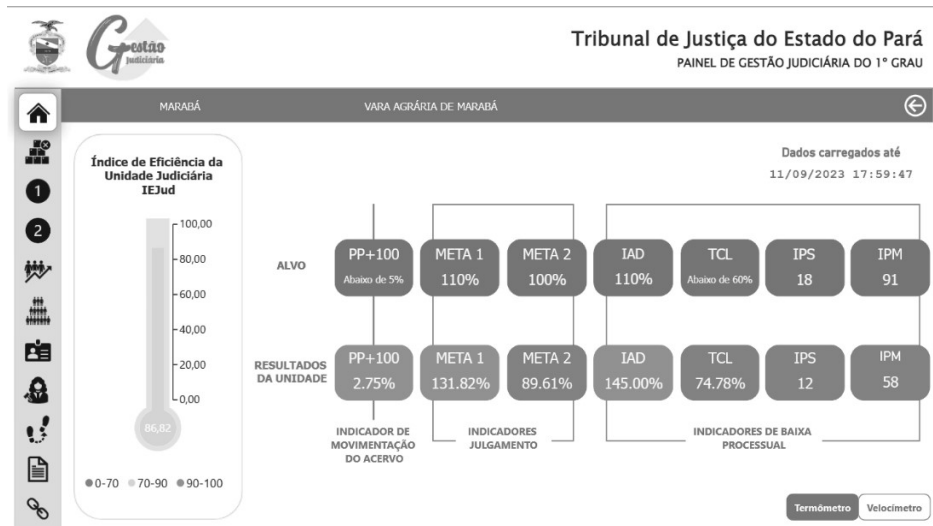


PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

Movimentos de Baixa

Código	Movimentação	Cadastrante	Situação	Tabela (01)
246	Arquivado Definitivo	Servidor	Mediante ato de arquivar processo	246
83	Cancelamento de Distribuição	Magistrado	Mediante Decisão do juiz	83
488	Cancelada a distribuição	Servidor	Mediante cadastro de Documento Certidão	488
22	Baixa Definitiva	Servidor	Mediante cadastro de Documento Baixa	22
123/90/982	Remessa com os complementos	Servidor	Mediante ato de Remessa dos Autos	123/90/982
123/38/982	Remessa com complemento em grau de recurso	Servidor	Mediante ato de Remeter ao 2º Grau	123/38/982
10966	Mudança de Classe, para as classes 156(cumprimento) 157(cumprimento) provisório) ou 150 (Procedimento de liquidação) ou suas subclasses 151-154	Servidor	Mediante alteração de classe processual	10966

11. DADOS ESTATÍSTICOS:



IEJud

Tribunal de Justiça do Estado do Pará
PAINEL DE GESTÃO JUDICIÁRIA DO 1º GRAU

MARABÁ VARA AGRÁRIA DE MARABÁ

Lista de processos paralisados há mais de 100 dias

Nº DO PROCESSO	ANO DO PROCESSO	TEMPO DE PARALISAÇÃO	SITUAÇÃO	SISTEMA	IDCLASSE
0001687172009140028	2009	211	JULGADO	LIBRA	156 Cumpriment
000589895207148140028	2014	116	JULGADO	PIEIG	170/ Reintegração
08002935120218140028	2021	104	EM ANDAMENTO	PIEIG	7 Procediment
08072508320198140028	2019	118	EM ANDAMENTO	PIEIG	113 IMISSÃO NA
08177878920228140028	2022	285	EM ANDAMENTO	PIEIG	241 Petição

PP+100 - Processos Paralisados há mais de 100 dias

2,75% Paralisados +100 dias

5 Acervo Paralisado

182 Acervo Ativo

Em Gabinete (S: sim; N: não) Todos

Gratuidade (S: sim; N: não) Todos

Sigilo (S: sim; N: não) Todos

Juizo 100% Digital (S: sim; N: não) Todos

Prioridade (S: sim; N: não) Todos

Número do processo Todos

PP + 100



12. ACERVO DE FOTOS:

(Da secretaria da Unidade com os servidores)





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
CORREGEDORIA GERAL DE JUSTIÇA

13. ANEXOS:

1. Instrumento de cooperação firmado entre os magistrados titulares da Vara Agrária de Marabá e Vara de Execução Penal.
2. Relatório de fiscalização das custas judiciais.
3. Relatório de subcontas judiciais sem movimentação há mais de três anos.
4. Relatório mensal servidores teletrabalho

Sendo estas as considerações a serem realizadas, conclui-se o presente relatório de inspeção com **registro de agradecimento** ao magistrado **Amarildo José Mazutti**, à Secretária Alline Nazareth Raiol Sousa Pereira e a todos os demais servidores pela colaboração prestada durante os trabalhos e na coleta de dados.

É o relatório que submetemos à elevada apreciação do Exmo. Sr. Des. Corregedor-Geral de Justiça para deliberação final.

Marabá, Pa, inspeção realizada no período de 11 a 15 de setembro de 2023.

ANA ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO:7919
Assinado de forma digital por ANA ANGELICA ABDULMASSIH OLEGARIO:7919
Dados: 2024.01.19 09:25:40 -03'00'

Ana Angélica Abdulmassih Olegário

Juíza Corregedora

PAULO SERGIO OLIVEIRA:25062
Assinado de forma digital por PAULO SERGIO OLIVEIRA:25062
Dados: 2024.01.19 09:23:07 -03'00'

Paulo Sérgio Oliveira

Servidor da Corregedoria Geral de Justiça